

A Imprensa Informativa - Técnica da Notícia e da Reportagem no Jornal Diário
do Professor Luiz Beltrão: **Comentários a um Clássico do Jornalismo Brasileiro**

José A. Argolo - Centro de Estudos Estratégicos aqui da ESG.

Resumo

Esta obra seminal do Professor Luiz Beltrão¹ foi lançada em 1969 pelo Editor Folco Masucci (SP) e, desde então (isto é, há exatos 36 anos), dela não se fizeram novas impressões. Uma lástima para o ensino do Jornalismo no País. Escreveu Luiz Beltrão em *A Imprensa Informativa* sobre a complexidade, na época (dificuldade esta ainda prevalente), da disseminação de uma metodologia para o ensino do Jornalismo, embora ressaltasse a sua convicção de que se podia realmente aprimorar a dinâmica das aulas e aprender Jornalismo na universidade, e de que somente nela — não apenas nos cursos de Jornalismo — *seria possível formar agentes de comunicação coletiva capacitados a responder aos reclamos de nosso País, em fase de afirmação no mundo civilizado.*

Esta obra seminal do Professor Luiz Beltrão² foi lançada em 1969 pelo Editor Folco Masucci (SP) e, desde então (isto é, há exatos 36 anos), dela não se fizeram novas impressões. Uma lástima para o ensino do Jornalismo no País.

O que fizemos – graças ao estímulo intelectual e à amizade do Professor Dr. José Marques de Melo³, empenhado, este, na reimpressão contextualizada das obras do Professor Luiz Beltrão — foi um modesto (embora sempre válido) garimpo nas montanhas da História da Imprensa Brasileira enfatizando, aqui e acolá, um tópico dentre os tantos abordados na primeira edição ou adicionando informações sobre os resultados práticos das inovações tecnológicas implementadas na indústria jornalística do País a partir da segunda metade dos anos setenta.

José Marques de Melo, ele próprio ex-aluno dedicado do Professor Luiz Beltrão e, posteriormente, seu assistente no Curso de Jornalismo na Universidade Católica de Pernambuco, foi o revisor final daquela edição histórica, primeiro volume da Coleção *Mass Media*, organizada por Folco

Massucci em colaboração com o Instituto de Ciências da Informação – Icinform.

Por oportuno, destaco a densidade conceitual que perpassa ao longo das quatrocentas e vinte e quatro páginas desta obra (tomando como referência a edição original) elaborada pelo Professor Luiz Beltrão, o rigor metodológico auto-imposto, a qualidade e conectividade dos exemplos retirados do cotidiano, os exercícios propostos como complemento ao aprendizado dos estudantes e o compromisso pedagógico deste que foi não somente o precursor dos estudos sobre *FolkComunicação* no País como um dos mais competentes jornalistas brasileiros.

Escreveu Luiz Beltrão em *A Imprensa Informativa* sobre a complexidade, na época (dificuldade esta ainda prevalente), da disseminação de uma metodologia para o ensino do Jornalismo, embora ressaltasse a sua convicção de que se podia realmente aprimorar a dinâmica das aulas e aprender Jornalismo na universidade, e de que somente nela — não apenas nos cursos de Jornalismo — *seria possível formar agentes de comunicação coletiva capacitados a responder aos reclamos de nosso País, em fase de afirmação no mundo civilizado.*

Com efeito, no tempo presente e como *conseqüência residual* dessa afirmação à luz do desenvolvimento que impulsionou a agroindústria, a siderurgia, o setor químico-fármaco, a construção civil, o comércio exterior e transformou o País numa potência econômica... E mais: derivada do aparecimento, no cenário político nacional, de um número significativo de personalidades reconhecidas como lideranças autênticas e até mesmo carismáticas; dos surpreendentes avanços tecnológicos (notadamente no campo de exploração petrolífera em alto-mar) e até mesmo na sensível órbita militar, pleiteia o Brasil uma vaga como membro permanente no fechado Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Afinal, não é verdade que o Brasil vem sempre instado a atuar como mediador nos conflitos que perturbam a harmonia entre alguns Estados Nacionais do Terceiro Mundo, seja por intermédio das ações diplomáticas ou dos especialistas e observadores do Ministério da Defesa?

Transcorridas quase quatro décadas desde o lançamento deste volume, num dos períodos mais turbulentos do Regime Militar ⁴, algumas

questões listadas pelo Professor Luiz Beltrão “*continuam se antepondo à aplicação eficiente de métodos de ensino das técnicas de captação, redação e divulgação de notícias*”.

Não mais, penso eu, no que tange à falta de material didático de natureza visual (Luiz Beltrão apontava a inexistência cronificada, nas Instituições de Ensino Superior, de *slides* e cartazes coloridos), bem como de “*oficinas gráficas nas quais o estudante pudesse conhecer e praticar o que necessita para a transformação industrial do produto de sua atividade intelectual vendo em letra de forma o comentário dos fatos públicos de que se ocupe na sua aprendizagem e da que vai tratar no exercício profissional*”.

Lamentava ele as deficiências bibliográficas no idioma pátrio que sintetizassem e apresentassem, sumariamente, os principais pontos da disciplina (Jornalismo) e incluíssem exercícios, gráficos, ilustrações e outros elementos de atuação”.

Esta lacuna ainda se faz presente. Por exemplo: o muito provavelmente único volume do qual temos notícia versando exclusivamente sobre titulação (prática esta sempre complexa para os estudantes de Jornalismo), data de 1966 ⁵ e foi elaborado por Joaquim Douglas, da equipe de redatores do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em contrapartida, dispomos atualmente de um razoável número de obras contendo as memórias de grandes repórteres, estudos teóricos sobre o impacto proporcionado pelas novas tecnologias e algumas dezenas de livros elaborados por jornalistas sobre aspectos singulares e importantes da História Política e Econômica Brasileira.

Exatamente por isso, como anexo às indicações de leitura oferecidas pelo Professor Luiz Beltrão ao término de cada capítulo, listamos no final deste volume algumas sugestões bibliográficas que poderão ser úteis no aprendizado dos estudantes de Jornalismo.

Multiplicadas, hoje, após o *boom* assinalado a partir da primeira metade nos anos setenta, as instituições voltadas para o ensino do Jornalismo no Brasil – em que pese o gigantismo tentacular e as esplêndidas instalações (muitos desses *Centros Universitários*, à semelhança das redes de supermercados e drogarias, estendem-se para além dos municípios de origem e até mesmo Unidades da Federação) – mantêm-se distantes do ideal que

poderiam oferecer aos estudantes como laboratórios apropriados. Neste aspecto, o instrumental disponibilizado para os professores e alunos das disciplinas de Jornalismo Impresso ficou aquém dos recursos financeiros e tecnológicos canalizados para as mídias eletrônicas e *online*.

Não faltam câmeras fotográficas e de vídeo digitais; ilhas de edição (analógicas e digitais) compactas; computadores dotados de *softwares* recém-lançados são instalados em estúdios e salas refrigeradas, transformando o aprendizado num frenético e repetido exercício de digitação.

Pessoal e profissionalmente falando, não tenho dúvida de que os investimentos supramencionados fluíram na contramão do aprendizado do Jornalismo Impresso. Indiferentes à dura e obrigatória experimentação nas oficinas dos jornais até meados dos anos setenta, os aprendizes de repórteres (e editores) de hoje, na sua quase-totalidade preferem absorver o modelo representado pelo superespetáculo das imagens difundidas pelas redes nacionais e transnacionais de televisão, somado às centenas de milhares de páginas acessáveis por intermédio da *Internet*.

Muitas dessas instituições de ensino (sejam elas públicas ou privadas), simplesmente deixaram de comprar equipamentos destinados à elaboração de produtos gráficos: jornais, revistas, boletins etc, que deveriam ser finalizados e/ou supervisionados nas próprias oficinas pelos professores e monitores das disciplinas técnicas. Esse treinamento diário, sistemático e fundamental reduziria os eventuais desequilíbrios na paginação (títulos mal-ajustados, notícias truncadas, equívocos no enunciado das legendas e olhos-legendas, descompassos entre o conteúdo informativo, a linha editorial e o projeto gráfico etc.

Pequenas unidades impressoras (mesmo aqueles modelos mais antigos, mas que ainda funcionam perfeitamente) poderiam ser adquiridas e utilizadas pelos estudantes para a confecção dos semanários/mensários – laboratórios de Jornalismo Impresso.

Indago aos leitores, tão-somente como um exercício especulativo, que outra melhor alternativa para a difusão das reportagens elaboradas pelos alunos matriculados nas disciplinas do ciclo profissionalizante? Talvez este seja um dos pontos mais contundentes e (ainda) atuais, assinalados pelo

Professor Luiz Beltrão para que se possa impulsionar o aprendizado técnico dos futuros jornalistas.

Um exemplo real: em abril deste ano (2005), após o *5º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*⁶, realizado na Feevale, em Novo Hamburgo (RS), tive a oportunidade – como atividade suplementar aos trabalhos que ali se desenvolveram – de visitar as oficinas do jornal *O Taquaryense*, semanário que há mais de 100 anos vem sendo impresso regularmente na cidade de Taquari, numa antiqüíssima impressora *Marinoni*, e que – a partir daquela semana – passou a ser utilizada pelos universitários da região como laboratório de Jornalismo Impresso.

Experiência singular e emocionante, mesmo agora em plena era das impressoras *offset* de alta velocidade. Ali o processo industrial continua sendo finalizado mediante a utilização de tipos móveis confeccionados em chumbo; as letras (famílias e tamanhos) selecionadas e posteriormente guardadas em caixinhas de madeira; a lenta, zelosa e paciente montagem das páginas, linha após linha, nos quadriláteros ajustáveis de alumínio (ramas); o cheiro forte da tinta de impressão impregnando as instalações e, em seguida, os exemplares sendo impressos (um de cada vez) naquela máquina plana.

Saudosismo de um repórter e editor na casa dos cinquenta anos? Nada disso! Gratificante exercício de produção/edição à moda antiga!

O Professor Luiz Beltrão citou em seu livro, como exemplo de resultados, o jornal diário editado pela Universidade de Colúmbia (EUA), *transmitindo informações ainda quentes* sobre a atualidade. No Brasil, todavia, esse problema é de natureza múltipla. Devemos considerar o quantitativo de investimentos não somente para a compra dessas unidades impressoras, como dos furgões e caminhonetes novas ou em boas condições de uso para o transporte das equipes e, ainda, o pagamento dos trabalhadores do setor gráfico e motoristas. Para não falar nos contratos com as agências noticiosas locais e a aquisição das assinaturas de revistas especializadas etc.

Nas metrópoles brasileiras não precisaríamos chegar a tanto. Afinal existem muitas possibilidades para a compra de impressoras usadas e em bom estado de conservação. Se assim o fizessem as instituições que oferecem cursos de graduação em Jornalismo consolidariam posições no *ranking* nacional das universidades, pois os estudantes aprenderiam na

prática, superando obstáculos, todas as etapas destinadas à elaboração de um produto impresso e não mais recebendo os exemplares originários das gráficas terceirizadas.

Uma ponderação adicional.

Muito dificilmente as corporações jornalísticas brasileiras abrem espaço para que os universitários possam cumprir, *especificamente nas oficinas*, uma parcela das horas de estágio pactuadas por intermédio de convênios. Na quase totalidade o treinamento é feito nas redações, sob a forma de rodízio entre algumas editorias. Trata-se, creio, de outro lapso, porquanto a formação de um profissional de Imprensa exige conhecimentos que se estendem para muito além do micro-universo dessas mesmas editorias e da Secretaria Gráfica. Passa, compulsoriamente, pelos departamentos de Pesquisa, de Publicidade/Promoções; pelos setores Administrativo, de Pessoal, Compras etc.

As grades curriculares adotadas e padronizadas no âmbito das universidades públicas e privadas preservam um arcabouço teórico que, infelizmente, apenas tangenciam a base do conhecimento indissociável aos futuros jornalistas e, deliberadamente, excluem um conjunto de disciplinas obrigatórias à formação específica, a exemplo de *Antropologia Urbana*, *Leitura Orientada de Jornais*, *Jornalismo Comparado* (esta poderia ser dividida em até três módulos de um semestre, assim discriminados: Imprensa Brasileira e Latino-Americana, Européia e Norte-Americana); *História Política e Econômica do Brasil* (principalmente a partir da Revolução de 1930) e *História Contemporânea*; *Direito Constitucional*, *Administração de Empresas Jornalísticas* (compreendendo-se as peculiaridades do gerenciamento dos escritórios internacionais, das Diretorias Regionais e Sucursais); *Geoeconomia* etc.

Outras disciplinas suplementariam o aprendizado, tais como: *Seminários Especiais de Jornalismo*, *Estatística Aplicada* e *Polemologia*, gerando efeitos multiplicadores.

Embora possa parecer exagerado (numa época como esta nossa, repleta de imediatismos e ansiedades potencializadas), penso — como Luiz Beltrão — que a graduação em Jornalismo deveria ser desenvolvida em horário integral, ampliada quanto ao número de períodos letivos e com

rigoroso assessoramento pedagógico. O Jornalismo é, sem dúvida, uma das profissões mais complexas dentre as que integram o campo das *Ciências Sociais Aplicadas*; e mais: levando em consideração o impacto derivado das inovações tecnológicas e a exigüidade de vagas no mercado de trabalho, sou favorável à aplicação de um *Teste de Habilidade Específica* para os candidatos inscritos no vestibular, englobando provas de Português (questões ortográficas e interpretativas) e de Redação sobre tema atual, exame escrito de Conhecimentos Gerais.

Tais exames exigiriam algumas leituras prévias, com os textos comercializados a preços acessíveis, edições menos rebuscadas mas confeccionadas em papel de qualidade. Nada impossível para as poderosas indústrias gráficas brasileiras.

Relembro um exemplo da minha juventude. Certa ocasião, lá pelo início dos anos setenta, comprei, por preço quase simbólico, um volume em inglês contendo a obras completas de William Shakespeare. A edição daquele exemplar fora *printada* na antiga Tchecoslováquia e destinava-se ao aprendizado de inglês para os estudantes. Ainda conservo este volume que, por sua qualidade, encontra-se em perfeito estado.

...

De volta à *Imprensa Informativa*.

Destaca o Professor Luiz Beltrão a importância da adoção do chamado *jornal-cobaia* como peça didática. Isto é: um exemplar de um diário (seja ele classificado como popular ou de elite), que todos os estudantes deveriam adquirir para desenvolver estudos interpretativos e trabalhos práticos ao longo do semestre letivo. Assinala o professor, como simples referência, que este simples diário, trabalhado adequadamente, substituiria o estágio prático nas redações e abriria amplas possibilidades no campo da percepção (ver p. 20-25 da obra original).

Essa proposta pedagógica seria bastante viável não fossem alguns aspectos singulares: o fluxo ininterrupto proporcionado por um número indeterminado de notícias, o impacto resultante dessas mesmas notícias e a mudança de foco das informações difundidas.

Diariamente são publicadas, tele-difundidas ou irradiadas unidades noticiosas que, por sua natureza, atraem a atenção da Opinião Pública e

estimulam debates acalorados. De tal modo que, enquanto documento de estudo e trabalho acadêmico, esse *jornal-cobaia* selecionado na primeira semana do semestre letivo acabaria encostado em um canto qualquer das salas de aula ou preterido pouco depois, diante da força avassaladora dos acontecimentos.

Uma possibilidade, esta sim de colaboração com o limitado mundo acadêmico, seria o Governo Federal co-financiar a aquisição das unidades impressoras e oferecer redutores no percentual dos impostos incidentes sobre as matérias-primas (papel, tintas especiais etc) viabilizando com isso aprendizado técnico dos futuros jornalistas. Por sua vez, as principais corporações noticiosas – mediante a cessão de uma fração dos produtos impressos – enviariam exemplares em número coincidente ao dos estudantes matriculados nas disciplinas específicas de *reportagem*, *técnicas de texto* e *edição gráfica* para as instituições de ensino voltadas para o Jornalismo.

No Capítulo 1 (páginas 33 – 44 de *A Imprensa Informativa*) Luiz Beltrão aborda um tema basilar na prática jornalística: o *olho clínico* que todo repórter deve ter. Não basta a Chefia de Reportagem designar uma equipe para prover o registro deste ou daquele episódio de interesse da corporação noticiosa, quer aconteça nos escritórios dos empresários ou nas ruas das cidades. É essencial que esses profissionais de Imprensa desenvolvam plena percepção sobre o que viram e ouviram: palavras, expressões, maneirismos, sinais, detalhes, locais, personagens...

Aliás, o conceito sobre o que é exercer, de fato, uma Chefia de Reportagem, foi estranhamente modificado nas duas últimas décadas. Os nomes de Luis Paulistano e Alves Pinheiro, entre outros notáveis da Imprensa, sequer são lembrados nas universidades.

Esta função — que demandava experiência consolidada na prática das ruas, conhecimento aprofundado sobre o perfil psicológico e as aptidões dos jornalistas sob seu comando; informações precisas e aprofundadas a respeito da extensão e dos interesses políticos e comerciais da empresa — transformou-se, em muitos casos, num exercício repetitivo e burocrático, à quase-semelhança de um despachante de luxo.

Esses novos chefes e *chefetes*, sequer conversam com os repórteres — antes que estes sigam para o cumprimento das respectivas tarefas — ou

tomam conhecimento previamente dos textos elaborados para, em seguida, encaminhá-los ao editor (oferecendo sugestões durante a conversa ou destacando, aqui e acolá, os tópicos mais interessantes).

Há muito que comentar sobre a qualidade do noticiário atual – que perpassa nas redações à semelhança de um exame originário das mais variadas fontes: sejam elas verdadeiras, parcialmente comprováveis ou estapafúrdias. É impressionante o volume das informações publicadas e imediatamente desmentidas, ou que dão margem à instauração de processos judiciais. Avolumam-se nas prateleiras das Varas Cíveis e Criminais os processos em que pessoas de bem requerem reparações financeiras por danos morais.

Para culminar, há jornalistas que (aparentemente) jamais aprenderam à lição segundo as quais as notícias que redigem são destinadas aos outros; isto é, àquelas pessoas que tão-somente desejam saber o que aconteceu em seu bairro, no País etc., independentemente de juízos de valor, advérbios de intensidade, onomatopéias e frases de efeito.

Considerações próximas do hermetismo; algumas outras bem concatenadas, e aquelas mais do que engraçadas para os entendedores (embora vedadas à interpretação da maioria dos leitores, como se estes não existissem ou tivessem a obrigação de compreender o que está ou não assinalado nas entrelinhas), são observadas diariamente. *Escrever para o próprio umbigo*, como se diz na gíria, tornou-se lugar comum.

É uma lástima que os principais textos assinalados tanto na Introdução (*Problemas e Metodologia do Ensino do Jornalismo*) como no final do Capítulo 1 (*A Linguagem Jornalística: Filosofia e Estilo*) e que, segundo o Professor Luiz Beltrão, serviriam como bases para consulta, a exemplo de *Jornalismo e Literatura* (de Antonio Olinto), *A Arte de Redigir para Jornal* (de Clarence Dean) etc, estejam todos esgotados e, não tenham sido feitas reimpressões.

Por sua vez, os jornais *Correio de Manhã*, *Última Hora*, *Diário de Notícias*, *Luta Democrática* e *Folha da Manhã*, entre outros, simplesmente deixaram de circular.

No Capítulo 2 (*As Bases da Redação: a Revisão e o Arquivo*, p. 55-75), Luiz Beltrão enfatiza que: “*todo o trabalho dos que redigem as comunicações*

jornalísticas seria perdido, a mensagem se tornaria de difícil apreensão por parte do leitor, se surgisse impressa com erros e inexatidões decorrentes da sua composição tipográfica defeituosa”.

Algumas questões sobressaem na atualidade dos diários impressos no Brasil. A primeira delas é a grande quantidade de erros ortográficos e frases desprovidas de qualquer sentido nas páginas. Falhas dos revisores? Não! Simplesmente inexistência deles! A extinção desses profissionais nos quadros nas corporações noticiosas (bem como dos noticiaristas), conseqüência da implantação das novas tecnologias no ambiente das redações e da modernização dos sistemas de impressão, fizeram baixar em duas, até três horas o horário do fechamento, agilizando o processo industrial e a distribuição nas metrópoles, áreas integradas e cidades do interior. Tais fatos, porém, implicaram numa sucessão de problemas ainda não equacionados.

Há vinte, trinta anos, era voz corrente nas redações que erros na primeira página ou no editorial correspondiam à demissão imediata ou, na melhor das hipóteses, rebaixamento profissional. A primeira página era tratada como porcelana de fino labor. Manchete, chamadas, legendas, fotografias... Ajustes quase perfeitos eram aplicados com o objetivo de atrair os leitores e induzí-los a comprar os exemplares daquela edição.

Quanto aos editoriais, eram elaborados, checados e rechecados com a precisão de um relojoeiro. Peço licença aos leitores para contar uma história que se repetiu algumas vezes enquanto trabalhei no plantão noturno do *Globo*, na segunda metade dos anos setenta.

Era secretário gráfico durante a madrugada o jornalista Deodato Maia, veterano do *Correio da Manhã*. Trabalhavam com ele Afonso Cascon e, eventualmente, Ubiratan Solino. A equipe de plantonistas da antiga *Repol* era integrada pelo signatário destas linhas, por Orlando Silva e Paulo César Fonseca. Enfim, de quando em quando, antes da impressão do primeiro clichê, eu era chamado à mesa do secretário gráfico especialmente para atender ligações telefônicas do Dr. Roberto Marinho. Este, com sua voz rouca e de maneira muito educada, modificava parcial ou integralmente o editorial.

Dr. Roberto ditava palavra por palavra, frase por frase, pontuava à sua maneira e, em seguida, pedia que eu repetisse o texto para conferir se estava tudo certo. Uma vez satisfeito, agradecia e o telefone era imediatamente

repassado ao secretário gráfico (que, por sua vez, encaminhava as laudas contendo aquele material para as oficinas).

A propósito, o número de redatores, profissionais imprescindíveis a todo e qualquer órgão de difusão, caiu vertiginosamente nos últimos anos. A crença na infalibilidade dos programas contendo *corretores ortográficos automáticos* e a equivocada impressão de amplo domínio sobre o texto presumida por repórteres recém-formados e admitidos nas corporações jornalísticas, demonstra o contrário: imprecisões gramaticais em escala progressiva, nomes próprios e de logradouros grafados erradamente, números mal checados, falhas imperdoáveis na edição etc.

Outro ponto crítico está relacionado ao tempo cada vez mais reduzido disponibilizado para a elaboração das reportagens. Mesmo aqueles jornalistas mais experientes e talentosos sofrem o mesmo risco de “*morte súbita*” na digitação dos textos. As pressões exercidas pelo setor industrial sobre as editorias levam muitas vezes à diminuição drástica do material que poderia ser acrescentado às páginas e a inserção de “*calhaus*” institucionais na proporção do indesejável.

Praticamente sem redatores, com os editores e subeditores submetidos à marcação implacável do setor industrial e não mais contando com a leitura suplementar feita pelos revisores (que, ao seu tempo, evitavam cotidianamente erros grosseiros, tais como *empastelamentos*, repetições de períodos etc), os diários e revistas (principalmente aqueles) foram perdendo qualidade em que pese o avanço tecnológico.

À página 60 de *A Imprensa Informativa*, acompanhada de uma ilustração, o Professor Luiz Beltrão ressaltava:

O vespertino carioca *O Globo* é, hoje, um dos mais bem instalados diários brasileiros. Os seus serviços administrativos, redacionais e técnicos acham-se localizados na Rua Irineu Marinho, homenagem do Rio de Janeiro ao homem de visão e idealismo que o fundou. A Revisão — departamento apresentado na foto — é um exemplo das excelentes instalações do jornal de maior circulação da antiga Capital do País.

A supressão dos revisores, noticiaristas, diagramadores (transformados, estes, em paginadores) e — na quase integralidade —, dos redatores proporcionou aos proprietários das corporações jornalísticas (refiro-

me àquelas voltadas para publicações impressas) razoável economia. Menos empregados significa despesas menores nos quesitos (1/3 do salário a mais durante as) férias, licenças com vencimentos integrais asseguradas por lei, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, auxílio-creche, décimo – terceiro salário etc.

Os recursos disponibilizados para prover o *up-grade* dos computadores (nos três níveis de acesso: para os repórteres, editores e direção executiva) além dos sistemas de telefonia são mínimos, comparados ao total dos salários pagos aos jornalistas, acrescidos dos benefícios sociais.

O próprio *Globo* (cuja razão social até meados dos anos oitenta era *Empresa Jornalística Brasileira*) ampliou o seu universo de leitores por intermédio da criação do jornal *Extra* (RJ), da aquisição do *Diário Popular* (SP), da fusão com o *Grupo Folha* para a elaboração e impressão do jornal *Valor Econômico* e, também, por intermédio da criação da revista semanal *Época*.

Outro aspecto perturbador (em se tratando do restrito mercado de trabalho jornalístico) está relacionado ao modelo adotado há uma década pelos proprietários e administradores das corporações noticiosas, no sentido de dar preferência (no quesito contratações renováveis por tempo determinado), aos repórteres previamente registrados como *peessoas jurídicas*.

Essa estratégia brutal simplesmente acabou com o espírito corporativo e associativo que predominou nas redações até o final dos anos oitenta. Aliás, na essência, os jornalistas não podem ser comparados aos profissionais de outras categorias, como os advogados e médicos (com seus consultórios e escritórios particulares), mas como pessoas que, atuando integradas a uma equipe homogênea, produzem uma atividade fundamental para o dia-a-dia dos cidadãos; qual seja: a elaboração de noticiário capaz de bem informá-los sobre o que se passa no País e no mundo.

Essa iniciativa praticada pelas corporações noticiosas gerou no imaginário dos jornalistas uma sensação duvidosa quanto ao valor do seu próprio trabalho.

Luiz Beltrão destacou ainda o papel desempenhado no cotidiano pelas agências de notícias nacionais e internacionais (p.118-128). Algumas dentre as corporações citadas já não existem mais, à semelhança da Meridional;

outras entraram em colapso motivado pelo alto custo de manutenção dos escritórios e dos recursos humanos e tecnológicos no estrangeiro.

Os teletipos são hoje obsoletos, viraram peças de museu. Hoje os problemas estão relacionados aos equipamentos digitais de última geração e ao custo das transmissões do noticiário via satélite.

Resistiram tão-somente as mais fortes e melhor organizadas, como a *Associated Press* (AP), *France Presse*, *DPA* (alemã) e *Nova China* (esta última seguindo o fluxo do notável desenvolvimento econômico e tecnológico daquele país). Algumas, como a *Associated Press*, evoluíram comercialmente e passaram a oferecer ampla variedade de produtos, tais como reportagens e videodocumentários versando sobre aspectos científicos e vida selvagem (segmento este, aliás, bastante disputado).

No Brasil, as agências noticiosas *Estado*, *Folha*, *Globo* e *Abril Press* oferecem serviços de qualidade. Mas ainda podem ser interpretadas como regionais.

Lead: sim ou não?

Tópico interessante examinado aqui sob o prisma teórico diz respeito à preservação, ou não, da antiga fórmula utilizada para a abertura dos textos jornalísticos (p. 129-132). Ao longo dos últimos quinze ou vinte anos tive a oportunidade de assistir a acalorados debates sobre o “fim” do modelo convencional para o *lead*. Trata-se, creio, de um lamentável equívoco perpetrado por pseudo-reformadores que jamais colocaram os pés numa redação ou dela somente ouviram falar enquanto estudantes.

O que existe, de fato, são processos criativos individuais copiados e eventualmente melhorados aqui e/ou acolá, que arejam um pouco mais os textos. A rigidez quanto à forma observada nas oito primeiras linhas durante os anos cinquenta, sessenta e setenta, passou a ser diluída ao longo dos parágrafos.

O *lead* não morreu. Nem ficou doente. Apenas mudou de forma. Distendeu-se na massa do texto impresso, prendendo a atenção dos leitores e proporcionando colorido às informações. Acrescente-se que, no tempo

presente, os diários vêm lutando com todas as forças para manter os índices de circulação paga.

Fotografias coloridas e ousadas, páginas contendo infográficos, textos editorializados e ou revistizados estão presentes em quase todos os matutinos, já que os vespertinos perderam a vez para o noticiário televisivo.

De todo modo, o que há de prevalecer para muito além das inovações tecnológicas e da criatividade daqueles que produzem e editam — e o Professor Luiz Beltrão deixa claro em todos os capítulos da obra aqui tratada — é o compromisso ético que norteia o espírito do jornalismo e a atuação corajosa dos repórteres tanto nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos, como nas ruas das metrópoles.

¹Notas

Foi com Luiz Beltrão (cf. José Marques de Melo, in *Estudos de Jornalismo Comparado*, São Paulo, Enio Matheus Guazzoli e Cia, 1972, 260 p.) que começou a renovação do ensino do Jornalismo no Brasil. Registrou José Marques de Melo que os objetivos centrais do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, curso este criado em 1961, objetivavam:

- a) “Formar profissionais, ministrando-lhes conhecimentos da técnica de captação, redação, interpretação, seleção e apresentação gráfica da notícia, com a utilização de métodos e processos racionais e práticos, e, simultaneamente, das ciências e das artes que permitem elevar o seu nível cultural”;
- b) “Promover e desenvolver pesquisas e análises sobre os meios de comunicação coletiva, baseados nos modernos métodos de investigação e com o emprego de instrumental adequado, controlando não somente a melhoria dos padrões técnicos da imprensa de seu país ou região, mas também sua maior influência na formação da opinião pública”;
- c) “Funcionar como um núcleo de renovação dos processos jornalísticos, servindo de laboratório para experimentações morfológicas e de conteúdo (redacionais) das matérias, seções e serviços que a comunidade espera encontrar nos meios de publicidade”.

²Notas

Foi com Luiz Beltrão (cf. José Marques de Melo, in *Estudos de Jornalismo Comparado*, São Paulo, Enio Matheus Guazzoli e Cia, 1972, 260 p.) que começou a renovação do ensino do Jornalismo no Brasil. Registrou José Marques de Melo que os objetivos centrais do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, curso este criado em 1961, objetivavam:

- d) “Formar profissionais, ministrando-lhes conhecimentos da técnica de captação, redação, interpretação, seleção e apresentação gráfica da notícia, com a utilização de métodos e processos racionais e práticos, e, simultaneamente, das ciências e das artes que permitem elevar o seu nível cultural”;
- e) “Promover e desenvolver pesquisas e análises sobre os meios de comunicação coletiva, baseados nos modernos métodos de investigação e com o emprego de instrumental adequado, controlando não somente a melhoria dos padrões técnicos da imprensa de seu país ou região, mas também sua maior influência na formação da opinião pública”;
- f) “Funcionar como um núcleo de renovação dos processos jornalísticos, servindo de laboratório para experimentações morfológicas e de conteúdo (redacionais) das matérias, seções e serviços que a comunidade espera encontrar nos meios de publicidade”.

³ José Marques de Melo é professor titular e emérito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, instituição que ajudou a fundar e onde implantou o Departamento de Jornalismo e Editoração. Entre 1989 e 1993, na gestão do professor José Goldemberg, dirigiu a ECA-USP. Foi o primeiro doutor em Jornalismo titulado por Universidade Brasileira (1973) e, em 1992, assumiu a Cátedra Unesco de Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona. É autor de mais de duas dezenas de livros sobre Jornalismo, dentre os quais citamos: *Estudos de Jornalismo Comparado*. São Paulo, Pioneira, 1972; *Sociologia da Imprensa Brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1973; *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1974; *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1994; *Jornalismo Opinativo*. Campos do Jordão, Editora Mantiqueira, 2003; *História Social da Imprensa*. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2003.

⁴ Neste ano (1969) em que o homem pisou pela primeira vez em solo lunar, o Conflito no Vietnam assumia proporções inimagináveis para a mais poderosa força militar do Planeta, levando-a, seis anos depois, à retirada de todas as suas tropas do Sudeste Asiático, e, no Reino Unido, os *Beatles* anunciavam a auto-extinção da mais emblemática e revolucionária banda de *Rock'n Roll* da História, o Brasil vivia um instante de inquietude decorrente das ações praticadas pelas frações da Esquerda Radical e da reação das Corporações Armadas — que mobilizaram aproximadamente 800 mil pessoas (entre oficiais, suboficiais, soldados e agentes dos órgãos de informações) para esmagar as guerrilhas urbana e rural.

⁵ Trata-se do excelente *Jornalismo: a Técnica do Título*, de Joaquim Douglas, da equipe de redatores do jornal *O Estado de S. Paulo*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1966, 173 p..

⁶ A *Rede Alfredo de Carvalho* está definitivamente consolidada no Brasil.

* José Amaral Argolo, carioca, 53, é advogado, jornalista e professor Adjunto nível IV do Quadro Permanente da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduado em Jornalismo e em Ciência Política, Mestre em Filosofia, Doutor em Comunicação e Cultura; como bolsista do CNPq desenvolveu pesquisa de Pós-Doutorado no âmbito do Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob a supervisão pedagógica do Professor Dr. José Marques de Melo. Trabalhou como jornalista em *O Globo*, *TV Globo*, *O Dia*, *Última Hora* e *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Entre os livros que publicou, destacam-se: *A Direita Explosiva do Brasil* (Rio de Janeiro, Mauad, 1996, 332 p.); *Dos Quartéis à Espionagem: Caminhos e Desvios de Poder Militar* (Rio de Janeiro, Mauad, 2004, 248 p); *Reflexões sobre o Jornalismo Investigativo* (Rio de Janeiro, Instituto Noos, 2004, 156 p).